

ENCONTRO «ESCUTAR A CIDADE»

Identities, Comportamentos e Modos de Vida

UM BREVE LÉXICO DO NOSSO TEMPO

Convocado para este encontro em que um grupo de católicos colocou como objectivo «escutar a cidade», devo começar por manifestar o meu regozijo por um título tão feliz e tão cheio de evocações: *Ascolto il tuo cuore, città* é o título de um belíssimo livro de um grande escritor italiano do século XX, Alberto Savinio, irmão do pintor Giorgio de Chirico. Dir-se-ia que a cidade reclama a “escuta” porque ela apreende-a de maneira mais profunda do que o olhar. Olhar a cidade pode ser entendido como uma frivolidade estética, escutá-la é aceder ao seu órgão vital, ao seu coração.

Mas, evidentemente, não podemos esquecer que esta referência à “cidade” significa, neste contexto, uma referência à “polis”, ao político, no seu sentido mais amplo e mais nobre. Não podemos esquecer a definição canónica de “polis”, que remete precisamente para a ideia de comunidade política orientada para a ideia de felicidade – para uma vida politicamente qualificada, tendo em vista o “viver bem” – e coesa numa forma-de-vida (escrevemos com hífenes precisamente para acentuar essa ideia de coesão, isto é, de vida que não deve de modo nenhum ser separada da sua forma), ou num “modo de vida”, como se diz no título desta sessão.

Trata-se então, para os católicos, de escutar a cidade, de estar atento ao rumor do nosso tempo. E isso, em si mesmo, já é uma sensibilidade política. Não tenhamos medo desta palavra, apesar de um lema que se terá tornado muitas vezes nefasto. O lema que diz: “A César o que é de César, a Deus o que é de Deus”. Este princípio, tendo muito embora as suas razões legítimas e correctas, também serviu com frequência para legitimar a ausência da Igreja nas coisas do mundo. E, simetricamente, também consagrou um esquecimento imprudente: o de que, apesar de vivermos numa sociedade que se quer laica, “todos os conceitos decisivos da moderna doutrina do Estado são conceitos teológicos secularizados”, como disse o famoso jurista católico – e infelizmente altamente comprometido com o nazismo – Carl Schmitt.

Escutar a cidade, saber o que é a experiência do tempo actual, é qualquer coisa que a Igreja não pode deixar de fazer. Ela tem que ter a capacidade de ler aquilo a que

Mateus chamava “os sinais dos tempos”. Não existe Igreja senão comprometida com este tempo, capaz de agarrar a ocasião histórica. A história apresenta-se como um campo de tensões percorrido por duas forças opostas: a primeira, a que S. Paulo chamava *catechon* é aquela que adia o fim ao longo do curso linear e homogéneo do tempo cronológico; a segunda é a de um tempo messiânico, a sua economia é a economia da salvação. Uma comunidade humana só se pode constituir se estas duas polaridades (isto é, o tempo messiânico e o tempo dos calendários) estiverem simultaneamente presentes e numa permanente tensão dialéctica entre eles. Ora, é precisamente esta tensão que parece hoje esgotada, à medida que a percepção de uma “salvação” no tempo histórico se enfraquece e anula, e a economia estende o seu domínio a todos os aspectos da vida social, fazendo aliás da política uma mera gestão das contingências económicas. Reside aqui a principal causa da perniciosa despolitização e do triunfo de uma biopolítica (isto é, de uma política que incide sobre todos os aspectos da vida – começando pela vida no sentido biológico – do cidadão). A exigência escatológica regressou no nosso tempo sob a forma secularizada e paródica nos saberes profanos, que anunciam catástrofes irreversíveis (está hoje disseminado um pensamento catastrofista). E o estado de crise e de excepção que os governos de todo o mundo proclamam não é senão a paródia secularizada e actualizada do Juízo Final.

Um vocabulário mínimo e fundamental da gramática do nosso tempo, que também a Igreja não pode ignorar, teria de compreender pelo menos estas palavras (ou conceitos), enquanto lugares-comuns:

CRISE – A palavra “crise” exprime duas raízes semânticas: uma, da ordem da medicina, referente ao momento extremo da evolução de uma doença; e a outra, teológica, que diz respeito ao Juízo Final. Na teologia, a crise é o juízo proclamado por Cristo no fim dos tempos. Mas o que é essencial, tanto na medicina como na teologia, é a ligação a um momento específico no tempo. Hoje, a crise tornou-se um instrumento de governação e de dominação. Ela passou a servir para legitimar todas as decisões políticas e económicas que, de facto, expropriam os cidadão e privam-nos de toda a possibilidade de decisão. Por isso, um filósofo italiano contemporâneo (Giorgio Agamben) defendeu que para compreendermos o modo de governação no nosso tempo é preciso termos em conta o paradigma do estado de excepção que se tornou a regra. A crise coincide agora com a normalidade e torna-se, deste modo, o factor mais

importante da governamentalidade, justificando mesmo decisões e modos de eleição que dantes eram exclusivos das ditaduras. Por isso, há já algum tempo que a noção de “pós-democracia”, para designar alguns aspectos das democracias liberais, entrou no vocabulário da análise e da teoria políticas.

ECONOMIA – Segundo a teologia cristã, existe uma única instituição legal que não conhece interrupção nem fim: o inferno. O modelo da política actual, que pretende uma economização integral do mundo, até uma economização das relações humanas, é portanto infernal, no sentido mais próprio. O totalitarismo da economia é responsável pela despolarização, por uma devastação de todas as categorias e conceitos da política moderna que chegaram até nós. A política actual prescindiu de qualquer tentativa de dominar as causas, para se dedicar apenas a governar os efeitos. Por outro lado, assistimos a este paradoxo: se o paradigma económico é absolutamente liberal, ele precisou no entanto de estender o controlo policial e estatal, pelo que nunca antes os cidadãos foram tão vigiados e controlados. Passámos assim da antiga “sociedade disciplinar” para uma “sociedade de controlo”.

FUTURO – A dimensão do futuro, responsável não apenas pelas utopias, mas motor de acção e de projectos, desapareceu quase completamente no nosso tempo (pode dizer-se que desapareceu com o eclipse das “grandes narrativas” da modernidade). A nossa, é uma época sem futuro. Para compreendermos o que significa a palavra “futuro” temos de saber o que significa uma outra palavra, que usamos não apenas na esfera religiosa: a palavra “fé”. Sem fé (e dou aqui à palavra um sentido laico) ou crença não é possível futuro. Isto é, só há futuro se esperamos ou cremos em algo: “A fé é a substância das coisas esperadas”, disse São Paulo. A fé e o futuro transferiram-se completamente para o domínio do crédito bancário (li algures que no grego moderno, “banco de crédito” integra uma palavra onde ainda se reconhece o grego antigo “pistis”, fé), o que significa que há uma esfera que englobou toda a nossa “pistis”, toda a nossa fé: a esfera bancária. E isto significa que se realizou completamente a ideia do filósofo alemão Walter Benjamin, que nos anos 20 do século passado escreveu um pequeno texto intitulado “O Capitalismo como Religião”. E, dizia ele, trata-se da mais feroz e implacável religião, uma religião em que todos os dias são dias de culto, uma religião que não conhece a redenção e para a qual não há interrupções nem dias feriados. A fé e, por conseguinte, o futuro foram assim sequestrados pelas máquinas financeiras e governamentais.

POLÍTICA/ BIOPOLÍTICA/ DESPOLITIZAÇÃO – A nossa época é aquela em que a matéria política moderna e os conceitos que lhe correspondem sofreram uma impiedosa erosão e, nalguns casos, um completo aniquilamento. Ideias como as de “povo” enquanto sujeito político, “soberania”, “Estado-nação” e tantas outras deixaram de ser actuais. A dissolução da comunidade política e a consequente despolarização alcançaram o seu grau máximo quando o poder político se tornou exclusivamente uma prática de governo da economia. E isso foi acompanhado pelo triunfo de uma biopolítica, isto é, por uma prática em que passa a estar em causa, nos cálculos do poder, a própria vida dos cidadãos, os seus hábitos, a sua saúde. Em vez do povo como sujeito político temos agora uma outra realidade que é a “população” (daí a importância que adquirem hoje os temas demográficos, do aborto, das práticas e orientações sexuais, do casamento gay, de todas as proibições que têm em vista a saúde dos cidadãos, etc.).

PRECARIEDADE – Aprendemos desde há alguns anos a declinar esta palavra como se fosse provisória a sua condição, mas ela tende a tornar-se definitiva. Que nos diz ela? Que há uma condição existencial contemporânea marcada pela fragilidade e pela transitoriedade. É certo que a palavra reenvia em primeiro lugar para o âmbito do trabalho, para o processo de desmantelamento progressivo de direitos que tinham sido adquiridos ao longo de quase um século. Mas a precariedade tornou-se hoje mais do que uma condição laboral porque funciona como um horizonte normativo e um instrumento de coerção. A época em que nos é dado viver é a da impermanência, a da instabilidade de todas as coisas, onde nada é seguro nem fixo. A noção de “vidas precárias” impôs-se. A precariedade é a condição que se generalizou a partir do momento em que se passou de uma economia produtiva de mercadorias para uma economia de serviços. Como vê a Igreja, a mais estável e perene das instituições, a precariedade, que é a condição por excelência do tempo profano, demasiado profano?

TRABALHO – Em 1958, Hannah Arendt previa: “O que temos à nossa frente é a perspectiva de uma sociedade de trabalhadores sem trabalho, isto é, privados da única actividade que lhes resta. Não podemos imaginar nada pior”. A previsão de Hannah Arendt cumpriu-se e chegámos ao fim da sociedade de trabalho. A maior mentira dos políticos das democracias ocidentais consiste em alimentar a ideia de que é possível voltar a uma situação próxima do pleno emprego, na condição de haver um nível

razoável de crescimento e, por conseguinte, de investimento. Mas o que os sociólogos e os cientistas sociais nos dizem é que o desemprego não é um mal conjuntural que possa ser curado se a ordem económico-financeira retomar o curso e a velocidade de que necessita para se manter. A verdade é esta: já saímos da sociedade de trabalho, mas continuamos a pensar politicamente e socialmente como se ainda vivêssemos nela. Pior ainda: a elite que tem trabalho (oposta à massa dos desempregados, que se tornam cidadãos supra-numerários) está cada vez mais obrigada a viver num universo laboral, sem tempo para fazer seja o que for exterior ao trabalho. Até à burguesia bem remunerada falta hoje o tempo. Ora, tudo isto é paradoxal. Numa altura em que falta o trabalho, os que o têm trabalham cada vez mais horas, de tal modo que grande parte dos trabalhadores, hoje, regressaram a uma condição servil que já tinha sido abolida depois da IIª Guerra. É preciso perceber que aquilo a que hoje chamamos trabalho não é uma condição antropológica perene, é uma invenção moderna, do capitalismo industrial. É preciso repensar o próprio conceito de trabalho, de modo a que o fim dele não seja um pesadelo. O lazer, o ócio, a contemplação não podem continuar a ser conceitos negativos, nem podem ser identificados com o “não fazer nada”. Também aqui, há uma lição antiga da Igreja, de algumas das suas ordens, que talvez seja hoje muito útil.

António Guerreiro, 15 de Janeiro de 2015